

## 20 ANOS DA CARTA DA TERRA – CONFLUÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA EM ESPAÇOS FORMAIS DE EDUCAÇÃO

Eixo Temático: Educação Ambiental

Forma de Apresentação: Resultado de pesquisa

Rhuann Carlo Viero Taques<sup>1</sup>  
Stephany Caroline de Souza Martins<sup>2</sup>  
Thiago Francisco Costa Solak<sup>3</sup>  
Maurício Camargo Filho<sup>4</sup>  
Adriana Massaê Kataoka<sup>5</sup>

**RESUMO:** Em prestígio aos 20 anos da publicação oficial da Carta da Terra, nos propusemos, via ensaio teórico, analisar sua confluência com a Educação Ambiental (EA) e sua macro-tendência crítica. Observamos que ambas oferecem subsídios em espaços formais de educação permitindo a concepção que as problemáticas ambientais contemporâneas não são dissociadas dos conflitos sociopolíticos. Assim, suas resoluções partem de uma necessária reforma social, que enfrente o sistema econômico vigente, tornando possível a integração do ser humano para com o ambiente.

**Palavras-chave:** Sociedade. Natureza. Relações. Escola. Justiça.

### 1 INTRODUÇÃO

O paradigma da sustentabilidade impera nas sociedades modernas como base para construção de valores morais e éticos que pautem a relação sociedade/natureza. A Carta da Terra apresentou as primeiras discussões na Cúpula da Terra (Rio 92) e teve publicação oficial pela UNESCO no ano de 2000. Constituiu-se de documento baseado na afirmação de princípios fundamentais que norteiam pessoas, nações, Estados, raças e culturas no que se refere à sustentabilidade ambiental e a justiça social (GADOTTI, 2010). Estes princípios estão imersos em uma complexidade compartilhada pela Educação Ambiental (EA) em sua macro-tendência crítica. Isto fica bastante claro quando Maia (2015) a define como um processo educativo contínuo capaz de resgatar valores perdidos historicamente e politicamente nas (inter)relações e (inter)retroações do ser humano para com o ambiente a sua volta (MAIA, 2015). Desta forma, comemorando os 20 anos da aprovação da Carta da Terra, evidenciaremos alguns aspectos deste documento, fruto de um diálogo mundial, que foram (e ainda são) fundamentais para práticas relativas a Educação Ambiental crítica nos espaços formais de educação.

### 2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de ensaio teórico, caracterizado por sua natureza reflexiva e interpretativa do fenômeno analisado. O ensaio teve como base a Carta da Terra em sua articulação com a EA crítica.

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Biológicas na Universidade Estadual do Centro-Oeste.

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Biológicas na Universidade Estadual do Centro-Oeste.

<sup>3</sup> Pós Graduando em Aprimoramento da Medicina Veterinária da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

<sup>4</sup> Professor Dr. do departamento de geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

<sup>5</sup> Professora Dra. do departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A EA em sua macrotendência crítica nutre-se do movimento filosófico-social fomentado pela escola de Frankfurt na intenção de incluir no debate ambiental a problematização dos mecanismos da reprodução social, de modo a associar os conflitos socioambientais a apropriações desiguais dos recursos naturais. Neste sentido, preconiza que a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações sócio-culturais e de classes historicamente construídas (LAYRARGUES e LIMA, 2014). A Carta da Terra, mesmo com maior ênfase no olhar conservador pragmático<sup>6</sup> de meio ambiente, apresenta confluências bastante interessantes sob análise crítica ao considerar o planeta Terra como oprimido na dicotômica relação ambiente/sociedade. A Carta da Terra trata, com bastante êxito, questões como a adoção de padrões de produção e consumo que protejam as capacidades regenerativas do planeta, ao passo que respeitem os direitos humanos e o bem estar comunitário. Destaca-se na Carta Terra, quando trata da situação global, menções acerca da divisão desigual dos benefícios do desenvolvimento, evidenciando o aumento da diferença entre ricos e pobres, da injustiça, da pobreza, da ignorância além do aumento de conflitos violentos. Entendemos que os aspectos relatados possuem uma forte confluência com a perspectiva crítica da EA.

Por outro lado, nos princípios da Carta, momento em que consideramos que os aspectos anteriormente levantados encontrariam apontamentos de como superá-los, as indicações são um tanto quanto generalistas. Essa situação é evidenciada no princípio III, Justiça social e Econômica, em que são levantados aspectos como garantir água potável, ar puro, segurança alimentar entre outros. Em nenhum momento, fica explícito que as mudanças desejadas necessariamente devem passar por uma mudança na estrutura social e enfrentamento do modelo de desenvolvimento econômico, como defende a EA em sua perspectiva crítica.

A EA crítica acredita que as problemáticas ambientais são como um “pano de fundo” que reflete as problemáticas sociais modernas (MAIA, 2015). Deste modo, é inútil lutar por mudanças culturais na relação entre ser humano e natureza, sem também lutar por uma nova sociedade crítica, ativa e consciente de seus papéis sociais (LAYRARGUES e LIMA, 2014). Dentro deste contexto, consideramos fundamental problematizar a Carta da Terra a luz da EA crítica. As escolas apresentam-se como espaços privilegiados para o estabelecimento destas conexões de modo a propiciar condições e alternativas que estimulem os sujeitos em processo formativo. A partir destas discussões são estimuladas posturas cidadãs, cientes de suas responsabilidades e, principalmente, de suas integrações para com o meio ambiente (LIMA, 2004), afinal, a crise ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que manifestavam-se na natureza (LAYRARGUES e LIMA, 2014).

Diante disto, diversos educadores vem desenvolvendo processos educativos ambientais pautados pelas diretrizes da Carta da Terra desde sua publicação. Um certo compilado de ações-reflexões neste sentido podem ser encontrados em Gadotti (2010). Destacamos, ainda, que podem ser encontrados subsídios didáticos e pedagógicos para utilização deste documento dentro de uma sala de aula em diversos websites como o [www.earthcharteraction.org/invent](http://www.earthcharteraction.org/invent) e <https://edukatu.org.br/groups/106>. Estes contam com materiais históricos, publicações, relatos de experiências e recursos educativos a serem utilizados nos ambientes formais de educação.

### 4 CONCLUSÃO

---

<sup>6</sup> Ver Layrargues e Lima (2014)

De acordo com o apresentado, concluímos que os valores estabelecidos pela Carta da Terra, a 20 anos atrás, apresentam confluências bastante atuais com os princípios de uma EA crítica. Estes podem muito bem serem trabalhados nos ambientes formais de educação no sentido de oferecer subsídios para transformações nas relações sociais e políticas que culminem nas transformações de esferas ambientais regionais e globais. Ademais, a Carta da Terra oferece suporte não apenas para conexões sociopolíticas e ambientais, mas também para conjunções de subjetividades intrínsecas ao ser humano enquanto sujeito, membro de uma sociedade e cidadão planetário. Estas associações vão de encontro a uma outra macro-tendência da EA que tem ganhado espaço na comunidade científica (KATAOKA e MORAIS, 2018; ANTÔNIO e NEUMANN, 2019; NEUMANN et al., 2019), a da complexidade.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIO, J.M.; NEUMANN, P. **A Educação Ambiental nas Diretrizes Curriculares: apontamentos à formação de professoras(es)**. In: XVII Encontro Paranaense de Educação Ambiental. XVII EPEA, 2019. Universidade Estadual de Londrina. Anais do XVII Encontro Paranaense de Educação Ambiental, 2019, p. 1-12. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10546/7706>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

GADOTTI, M. **A Carta da Terra na educação**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

KATAOKA, A. M.; MORAIS, M. M. Educação ambiental e paradigma da complexidade: aproximações entre ciências naturais e ciências humanas. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 11, n. 2, p. 53-65, jul./dez. 2018.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 01, p. 23-40, 2014.

LIMA, W. Aprendizagem e classificação social: um desafio aos conceitos. **Fórum Crítico da Educação: Revista do ISEP/Programa de Mestrado em Ciências Pedagógicas**. v. 3, n. 1, p. 34-48, 2004.

MAIA, J. S. S. **A Educação Ambiental Crítica e formação de professores**. 1 ed. Curitiba: Appris, 241 p., 2015.

NEUMANN, P.; ANTONIO, J. M.; KATAOKA, A. M. Identidade terrena e educação ambiental complexa: reflexões a partir de uma experiência pedagógica no Brasil. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 21, p. 577-596, 2019.